



Juventude e Políticas Públicas: via de mão dupla¹

Profa. Dra. Silvia Helena Simões Borelli, Tais Rodrigues da Silva (PIBIC/CNPq) e
Euzébio Santos Silva (PIBIC/CNPq)²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Resumo

O adensamento das polêmicas sobre políticas públicas para a juventude vem acompanhado de intensos processos de mudança social; é a partir deles que os fundamentos discursivos e as propostas de intervenção se ajustam. O presente trabalho procura dialogar com tais referências, levando em consideração conceitos de juventude/lazer, na tentativa de formular possíveis caminhos para políticas sociais criativas/emancipatórias. Promove-se aqui uma reflexão sobre as contradições da *urbis* paulistana articulada com a inserção dos jovens no interior dessas contradições. Elaborar-se também uma discussão das políticas públicas, suas principais propostas e sua presença na agenda política, enquanto projetos de intervenção direcionados, principalmente, para regiões de maior risco social. Finalmente, discute-se as propostas de políticas públicas, na tentativa de se pensar formas de intervenção interativas.

Palavras-chave

Jovens Urbanos; Políticas Públicas; Intervenções; (Re)Apropriações; Interatividade.

Corpo do trabalho

“Todo impulso juvenil corresponde a uma aceleração da História: porém, mais amplamente, numa sociedade em rápida evolução e, sobretudo, numa civilização em transformação acelerada como a nossa, o essencial não é mais a experiência acumulada, mas a adesão ao movimento” (Edgar Morin)

O presente estudo toma como ponto de partida pesquisa mais ampla que problematiza o universo jovem na *urbis* contemporânea dentro do âmbito da cultura. Compõem o *corpus* do estudo jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores da cidade de São Paulo, em áreas de contraste, situadas nos bairros das zonas sul e oeste. O projeto de pesquisa “Jovens Urbanos: concepções de vida e morte, experimentação violência e consumo cultural”³ faz parte de uma rede internacional de pesquisadores das culturas juvenis⁴. No Brasil, esta investigação vem sendo desenvolvida desde o ano de

¹ Trabalho apresentado na Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Os autores do texto, Tais Rodrigues da Silva e Euzébio Santos Silva, são estudantes de graduação em Ciências Sociais da PUC-SP e bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, integrantes do grupo de pesquisa “Jovens Urbanos: concepções de vida e morte, experimentação da violência e consumo cultural”, sob orientação da professora Dra. Silvia Helena Simões Borelli.

³ www.pucsp.br/projetojovensurbanos.

⁴ Esta rede vem sendo alimentada por meio de convênios internacionais bilaterais entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e as seguintes instituições: Universidad Central de Bogotá - Colômbia (em vigor); Universidad



2002 por equipe de pesquisadores ligados ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e a datar seu início conta com a participação de estudantes de graduação, bolsistas de iniciação científica oriundos das faculdades de Ciências Sociais e Comunicação e Filosofia da PUC-SP⁵.

No recorte específico deste trabalho, procura-se problematizar a temática da democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer em uma perspectiva relacionada com a atuação dos órgãos públicos junto a setores da sociedade civil e somada a um debate mais amplo sobre políticas públicas – alcance, limitações e possibilidades – em constante diálogo com o universo cultural juvenil. Para tanto, discute-se, primeiramente, a inserção dos jovens no interior das contradições sociais urbanas, centralizando esforços na problematização das políticas públicas voltadas aos jovens espacializados na zona sul da cidade de São Paulo a fim de questionar os tipos de intervenção e a relação Estado/sociedade civil.

Jovens na cidade vulnerável

A cidade de São Paulo, para o ano de 2004, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (www.seade.gov.br), conta com uma população de 10,6 milhões de habitantes. Destes, cerca de 1,3 milhão compõe a faixa etária entre 18 e 24 anos. Espacialmente – segundo o “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90” (Sposati: 2000) – a população juvenil (15-24 anos) concentra-se principalmente nas periferias do município, ganhando destaque as regiões leste e sul da cidade.

Com base no “Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo”⁶, que expõe de forma mais detalhada as características socioeconômicas do município, os grupos com índices de alta e altíssima privação social encontram-se principalmente na zona sul com algum destaque para as zonas leste e norte.

O principal objetivo do estudo foi o de identificar de maneira esmiuçada as situações de vulnerabilidade social presentes no município de São Paulo e, em especial, aquelas que afetam crianças e adolescentes. A vulnerabilidade social, neste caso, foi

de Manizales - Colômbia (em andamento); Universidade Católica Portuguesa (em andamento) e Universidad Diego Portales - Chile (em andamento).

⁵ Na etapa atual, a equipe de pesquisadores é composta por Sílvia H. S. Borelli (coordenadora), Rosamaria de Melo Rocha (coordenadora), Rita Oliveira (pesquisadora) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, Brasil e pelos bolsistas PIBIC/CNPq: Tais Rodrigues, Cyntia Calhado e Euzébio Silva (PUC-SP).

⁶ Estudo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP e apresentado em 2004, constituiu-se uma importante fonte de pesquisa na medida em que dá continuidade ao “Mapa da Inclusão/Exclusão Social...” elaborado na PUC-SP (Sposati: 1996).



entendida não apenas do ponto de vista socioeconômico, mas também pelo viés demográfico. Assim, esta abordagem pressupõe que as políticas públicas devem imbuir-se de um caráter local, de modo a contemplar as especificidades das áreas do município.

As diversas regiões são compreendidas como *locus* de políticas intervencionistas especificamente localizadas, onde os espaços devem ser entendidos naquilo que têm de peculiar. Mais do que localizar uma área, identificando-a como homogênea, apenas pelo fato de ser periférica, é preciso compreender suas especificidades no que diz respeito aos acessos a bens e serviços públicos, bem como, suas linguagens e espaços de sociabilidade.

Com base no mesmo “Mapa da vulnerabilidade...”, pode-se localizar como estão distribuídos territorialmente os equipamentos públicos de cultura e esportes segundo os distritos administrativos da zona sul do município de São Paulo⁷. Nota-se uma grande escassez de projetos voltados para a cultura, esportes e lazer nos distritos abrangidos pelo presente estudo⁸. Nesta região, há bairros onde quase não existem “casas e oficinas de cultura”, “centros culturais”, “SESCs” (nenhuma unidade), “bibliotecas públicas”, “escolas de samba” e “centros desportivos e/ou clubes municipais”. Os equipamentos que mais se sobressaem são os “centros desportivos municipais”.

No cruzamento dos dados do “Mapa da Exclusão/Inclusão Social...” com os dados do “Mapa da vulnerabilidade...” fica clara a exposição a uma situação de extrema precariedade e vulnerabilidade social a que está sujeita grande parcela da população, e com ela, os jovens do município. Por isso, pode-se dizer que a temática da juventude paulistana, mais do que isso, da juventude nas contradições das grandes metrópoles, é significativa no interior dos debates acerca das políticas públicas nacionais.

Jovens e políticas públicas

Do ponto de vista dos órgãos governamentais, o debate sobre políticas públicas para a juventude vem ganhando relevo na pauta das questões sociais mais urgentes devido ao agravamento dos indicadores que revelam uma forte concentração juvenil em áreas de alta vulnerabilidade social. Retomando o histórico da emergência do tema (Unesco: 2005), identifica-se que conquistou espaço na agenda política ao longo dos anos, podendo-se afirmar que, em princípio, o enfoque ia ao encontro de uma política

⁷ Foram incluídos apenas equipamentos culturais e de esportes de uso local e/ou regional, que fossem públicos ou oferecessem atividades gratuitas. Fonte: Secretaria Municipal da Cultura do Estado de São Paulo – Secretaria do Estado da Cultura e Fundação SEADE, 2001; Secretaria Municipal de Esportes, 2001.

⁸ São 4 os distritos situados na zona sul da cidade de São Paulo que foram selecionados para a análise do presente estudo: Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz.



assistencial e paternalista, cuja finalidade era o controle social e a segurança pública, com prerrogativas muito mais punitivas e/ou pedagógicas, do que propriamente emancipatórias.

No desenvolvimento ulterior desse processo, os esforços públicos começaram a se centrar na educação enquanto chave para a transformação social, acompanhando o crescimento econômico do país (décadas de 50 a 80). Este período, pelo fato de encontrar uma crescente mobilização juvenil reclamando participação política e atuação social, foi caracterizado pela intervenção do Estado na sociedade civil, aliada ao acirramento do controle daquele sobre esta última, sustentado no pressuposto de se evitar os riscos de uma possível desordem social (Unesco: 2005). Tais políticas foram permeadas pela premissa da delinqüência juvenil e da idade do risco, que impunha a passividade aos “beneficiários”, extraindo do discurso a condição de sujeito dos seres das faixas etárias consideradas adolescência e juventude.

Da década de 80 em diante, com o processo de democratização do país, houve substantivas mudanças nas orientações conceituais de políticas públicas, o que se refletiu nas transformações que ocorreram nas atuações do aparelho estatal dentro da sociedade. Concomitantemente, emergiam de todos os lados formas plurais de culturas juvenis, impulsionando mudanças nos quadros político e jurídico brasileiro. O agenciamento das políticas públicas, portanto, sofreu alterações estruturais que se reconfiguraram no decorrer de tais processos de transformação social.

A descentralização política, marcada pela democratização do país, culminou na formação de órgãos e espaços de políticas públicas locais, em que os estados e os municípios foram assumindo cada vez mais a responsabilidade de intervenção social no segmento juvenil. Além disso, surgiam também diversas entidades não-governamentais, cuja política estava voltada para uma atuação mais localizada, tanto territorialmente quanto em termos de propostas de trabalho, o que se pode identificar como políticas sociais mais setorializadas.

Do ponto de vista jurídico-discursivo, passou-se a considerar o jovem como sujeito, dotado de potencialidades, culminando na discussão atual que privilegia os direitos da juventude de acesso aos bens públicos, lazer, cultura, esportes, etc. Diante disso, se conclui que a estrutura institucional dos poderes públicos hoje encontra seus reflexos e projeções na somatória dos múltiplos fatores elencados, e, nas questões sociais atuais, ainda muito problemáticas como já foi salientado, seus desafios e limitações.



Pode encontrar hoje, no âmbito do Estado, é um aparato institucional, presente nas esferas municipal, estadual e federal, voltado para a formulação e aplicação das políticas públicas direcionadas à juventude. Na presente discussão foram utilizados, como pano de fundo, recentes projetos de políticas públicas encontrados nos bairros selecionados da zona sul da cidade de São Paulo – Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz – e provenientes dos órgãos municipal e estadual. O primeiro deles foi o programa Escola da Família (projeto estadual), cuja proposta de atuação é a abertura das escolas públicas estaduais durante os finais de semana para atender a toda a população. O segundo foi o Centro Educacional Unificado, mais conhecido como CEU (projeto municipal) que agrega diversas atividades de lazer e educacionais dentro de um espaço aberto ao público durante a semana e os finais de semana. Nos projetos analisados, foram observadas as áreas em que se encontravam os freqüentadores jovens, procurando identificar sua presença e apropriação destes espaços.

Jovens urbanos: algumas perspectivas conceituais

De acordo com o referencial teórico-metodológico abrangido pela pesquisa “Jovens Urbanos...”, que este trabalho toma como ponto de partida, podemos dizer que as culturas juvenis são marcadas por modos peculiares de existência, através dos quais os jovens percebem/relacionam-se com o mundo que os circunda.

Por conta disso, considera-se nesta investigação, tal qual a pesquisa mais ampla, que os jovens têm prerrogativas tanto *universais* quanto *particulares*. A primeira mais ligada ao conceito moriniano de *juvenilização*, encarnado na expressão “sejam belos, sejam amorosos, sejam jovens” (Morin: 1984), expõe a categoria juventude associada à idéia de jovem, juvenil, juvenilização conectada às noções de rebeldia, heroísmo, espírito de aventura e outros similares. Já as prerrogativas particulares são expressas em características que concebem a noção de juventude recortada por variáveis como classe social; divisão dos jovens por faixa etária (15-24 anos); vida cotidiana; relacionamento com o bairro, cidade; manifestações culturais, violência urbana e demais fatores capazes de orientar singularidades. As noções de juventude são perpassadas por experimentações distintas de existência.

Em consonância com a perspectiva teórica de Maffesoli (2000), que trata do posicionamento dos jovens frente ao mundo ocidental racionalizado, estes sujeitos, nos seus modos de viver, ser e acontecer, constroem redes de sociabilidades díspares com *contornos nebulosos*, intensos, exigentes, afetivos e sensíveis. Os jovens vão formando



novas redes de sociabilidade que se constroem/reconstroem na medida em que, segundo uma perspectiva nômade, caminham, traçam e trançam suas trajetórias (Maffesoli: 2000).

Os jovens urbanos, tendo como pano de fundo a vivência na sociedade massificada, potencializam seus modos de existir por meio de sociabilidades que sugerem práticas efêmeras e intensas. Podem ser caracterizados pelos ideais de associatividade que, em meio às transformações da modernidade, emergem enquanto atores no curso de suas experimentações relacionais. Em vista desta noção, a cidade destaca-se como *locus* dos conflitos, das disputas, das negociações, tensões, apropriações e reapropriações por parte dos diversos agentes sociais que nela vivem. Os jovens podem ser considerados importantes atores que interferem na formatação da *urbis* moderna, sendo produto e produtores da mesma.

Ainda com base em um referencial teórico proveniente da pesquisa “Jovens Urbanos...”, reconhece-se que o *nomadismo* é também um traço forte que marca as culturas juvenis contemporâneas. A juventude é nômade perante o espaço urbano porque transita de forma autônoma no tempo e no território, por vezes, subvertendo-os numa circulação transversal e desordenada. É possível encará-la como nômade, outrossim, porque suas percepções são moduladas diante de um contexto tecnológico-informacional, construindo-se de forma fragmentária, em flashes de imagens.

O relacionamento dos jovens com o mundo que os rodeia, se configura na lógica do *zapping* (Sarlo: 2000), em que os pedaços de informação advindos dos mais variados meios de comunicação de massa (televisão, rádio, internet, revistas etc) compõem o imaginário nesta natureza fragmentada. De onde se supõe que a vinculação dos jovens com os espaços, nesta representação nômade, tanto se compõe em seu sentido literal (deslocamento espacial e geográfico) quanto em sentido figurativo de “des-centramento, des-espacialização” (Martín-Barbero: 1998)⁹.

Porém, o recorte socioeconômico também contribui para refletirmos sobre o conceito de nomadismo, pois quando comparados os jovens provenientes de classes sociais antagônicas, a pesquisa “Jovens Urbanos...” revela que os jovens das periferias (zona sul) encontram-se mais confinados em seus bairros de origem e, conseqüentemente, mais restritos aos precários, e por vezes inexistentes, equipamentos

⁹ Os conceitos de “des-centramento e des-espacialização” cunhados por Jesús Martín-Barbero, ajudam a pensar a *urbis* contemporânea no interior do paradigma informacional onde mais do que ocupação e construção, pensa-se a cidade enquanto “espaço comunicacional que vincula entre si diversos territórios e conecta-os, por sua vez, ao mundo.”



de cultura, esportes, lazer e acesso às novas mídias digitais. Assim, a relação nômade dos jovens da periferia com a cidade se processa de forma mais peculiar, salvo as exceções.

Políticas públicas para juventude: desenho inacabado

Refletindo de modo mais abrangente sobre os dados conceituais, estatísticos, bibliográficos e de campo¹⁰, observa-se que muitos dos projetos de políticas públicas que datam de períodos recentes têm sido influenciados por uma tendência no pensamento social e político direcionado à democratização do acesso às atividades de lazer, esportes e cultura de maneira geral, além da atenção à questão da acessibilidade às novas tecnologias da informação.

Essa tendência acompanha as noções emergentes sobre juventude, que tomam o jovem como sujeito de direitos (Unesco: 2005). Percebe-se hoje que está sendo priorizada a criação de políticas públicas de largo alcance, privilegiando a prática de atividades lúdicas voltadas principalmente ao segmento juvenil. Isso pode ser observado nos projetos em funcionamento que foram observados – propostas dos CEUs e Programa Escola da Família.

Entretanto, merece consideração um questionamento em relação à aplicação de atividades de lazer em geral que, por um lado, podem funcionar como espaços de desfrute do prazer e aquisição de conhecimento simultaneamente, mas, por outro lado, seus significados e representações atualmente podem inserir-se em uma discussão mais profunda sobre a composição da vida coletiva na sociedade moderna, o que nos leva à crítica de Adorno (1969) ao uso do tempo livre.

Segundo o autor, o tempo livre, geralmente preenchido pelas práticas de lazer, assume a função de reprodutor e mantenedor das relações de trabalho. Desta forma, o lazer não existe de fato, apenas a mera execução de funções consideradas socialmente como atividades que preenchem o tempo livre prazerosamente, quase como um trabalho travestido de descanso. Adorno denuncia ainda que, por trás dessa ideologia do tempo livre, os indivíduos tornam-se mais submissos aos aparatos culturais que cerceiam sua liberdade, e encontram nos espaços sociais o lazer institucionalizado que não lhes abre caminho para o livre desenvolvimento das próprias potencialidades. O mesmo apontamento serve para olhar do ponto de vista histórico do Estado que em dado

¹⁰ Observações etnográficas feitas no Programa Escola da Família e no Centro Educacional Unificada (CEU).



momento, ao investir em políticas públicas recreativas para a juventude, privilegiava a expansão do controle social sobre os indivíduos.

Guardadas as devidas proporções, a crítica cultural adorniana (Adorno: 1969) nos serve de alicerce para fazer uma análise das iniciativas políticas pautadas na questão do lazer tornando possível chegar mais perto de uma ação propositiva e inovadora, correspondente à totalidade das relações sociais e aos fatores que nela atuam, bem como aos próprios sujeitos que dialogam com todos esses componentes, contudo, sem deixar-se cair no lugar comum dos projetos assistenciais e das diversões institucionalizadas

No cruzamento dos resultados do questionário¹¹ e das observações etnográficas é notável, tanto nas escolas estaduais quanto nos CEUs, o poder atrativo que os espaços esportivos exercem sobre a parcela juvenil dos frequentadores, o que vai ao encontro dos 100% de jovens da zona sul que afirmam gostar de esportes. Nestes ambientes, foram encontrados jogadores/praticantes assíduos, principalmente aqueles ligados ao futebol, porém, podendo-se observar outros esportes – basquete, vôlei, etc. – e mais alguns visitantes observadores ao redor das quadras. A pista de *skate* também exerce um poder atrativo, tanto para os que praticam o esporte, quanto para aqueles que assistem às performances dos *skatistas*.

As apropriações juvenis das praças, parques, pistas de *skate*, quadras, entre outros espaços públicos podem funcionar como ambientes de criações sócio-culturais, ou seja, o espaço, transmutado em lugar de sociabilidade, contém em si o potencial de produzir e ser um produto de subjetividades.

A diversão pode estar no passeio, no encontro com os amigos e na prática de atividades esportivas simultaneamente. Portanto, as áreas livres de recreação, às quais se somam os parques, os jardins e os pátios escolares abertos ao público são apropriados por muitos jovens e influenciam na emergência de formas diversas de sociabilidade que fazem do ambiente um lugar de convivência onde se encontram aqueles que gostam de circular pela cidade.

Ao mesmo tempo, a diversão pode não estar necessariamente no passeio, ou no esporte propriamente ditos, mas sim, no estar à toa, fora das regras sociais ou das obrigações de toda a ordem, convertendo o lazer em uma prática de liberdade.

¹¹ Também foram utilizados como fonte da presente pesquisa alguns resultados dos questionários estruturados provenientes da pesquisa “Jovens Urbanos...” feitos com jovens das zonas sul e oeste da cidade de São Paulo, entre os anos de 2003/2003.



Entende-se como atividades culturais e de lazer toda forma de execução de uma ação lúdica. Tal prática deve privilegiar a subjetividade, a imaginação e a criatividade, sejam individuais, sejam coletivas. Para isso, é necessário que as políticas públicas voltadas para a juventude sigam a idéia fundamental de criação, ou disponibilização de estruturas em que possam funcionar tais atividades lúdicas, unindo prazer e conhecimento, de maneira a aflorar as potencialidades individuais no meio das relações intersubjetivas e dos processos de trabalho criativo, o mais liberto possível de regramentos.

Em suma, o que se pode considerar lúdico nesta argumentação é o lazer liberto da lógica operacional do trabalho, estendido para as esferas do conhecimento e do prazer, o que por si só possibilita a formação de uma consciência crítica da realidade.

Segundo estudo de experiências com políticas públicas, realizado pela UNESCO (Castro: 2001), percebeu-se como um avanço substancial o fato de muitos dos projetos estarem trabalhando, entre outras variáveis, com a questão da linguagem em que estão implícitos os mecanismos de identificação e pertencimento, meios pelos quais passam as dimensões subjetivas. Nesta lógica, as iniciativas de intervenção passaram a buscar um diálogo com a linguagens de seus destinatários.

A linguagem¹² afigura-se como forma de auto-conhecimento e descoberta do outro, sobretudo, quando se criam novas linguagens e mecanismos de entendimento, portanto, seria um meio não só de comunicação, mas também, de expressão de si, que assume diversas faces no mundo cultural plural. Isso pode ser projetado para um caso presente no recorte geográfico deste estudo, onde são encontrados diversos espaços de criação de linguagem, entre os quais a Cooperativa de Poetas da Periferia (Cooperifa). Situada entre os bairros da zona sul de São Paulo, Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luiz, a Cooperifa reúne-se semanalmente para fazer um sarau de poesias em um estabelecimento da região. Inclusive, este empreendimento deu início a uma onda de iniciativas da mesma ordem em bairros periféricos, principalmente na zona sul de São Paulo.

Cabe aqui uma discussão teórica mais ampla, corrente nos dias atuais, sobre a potência da dimensão cultural no cotidiano dos jovens, e dos indivíduos como um todo, na composição de subjetividades e identificação com o entorno social. Appadurai

¹² Linguagem aqui entendida como forma de expressão, entendimento e comunicação intersubjetiva, podendo explicitar-se de diversas maneiras, mais do que isso, as potencialidades de expressão da linguagem são infinitas, encontrando caminhos alternativos de emergência, dados o contexto social, as condições de existência, as disposições cognitivas, etc.



(1996) denomina translocalidade um fenômeno atual marcado pelo movimento contínuo das relações que giram em torno de interesses e vivências em comum numa escala reduzida à proximidade com o outro e à localidade onde se experimentam as relações.

A noção de pertencimento, então, passa a fazer parte de um campo imaginário/simbólico dos seres, produzindo e sendo produto de subjetividades que, ora se associam a uma localidade determinada, ora flutuam no movimento das experiências relacionais. Pode-se identificar esse fenômeno no fluxo dos jovens pela cidade, pelo bairro – praças, parques, etc. – compondo uma simbiose entre territorialização, quando demarcam os espaços, e nomadismo. Reforça-se a noção de formações de consciência nos diversos espaços públicos, apropriados pelos jovens, diretamente relacionados a suas experiências de vida, donde brotam as múltiplas linguagens culturais: *hip hop*, *skate*, COOPERIFA, entre outras que podem ser encontradas na zona sul de São Paulo. Nota-se que tais afloramentos de linguagem estão muito mais relacionados à vivência cultural da criatividade do que com qualquer forma de instituição.

Os jovens, por outro lado, quanto olhados pela ótica discursiva dos órgãos públicos, são considerados potenciais de transformação social. Contudo, há que se pensar na prática de tais premissas conceituais que, via de regra, deveriam primar pela emancipação desses sujeitos, segundo uma lógica do lúdico, como já foi salientado. Tal premissa depende de múltiplas variáveis das quais uma das mais importantes pode ser apontada como o contingente humano a dar execução a essa idéia. O burocratismo e as políticas públicas temporárias, a serviço deste ou daquele partido no poder corroem o funcionamento dos programas. São os recursos humanos emancipados na execução de trabalhos autônomos que salvaguardam a continuidade de qualquer forma de prática cultural livre.

Nessas condições, o capital humano a colocar em prática os projetos, é uma parcela da implantação de políticas públicas bastante significativa. Sob este aspecto, há sérias limitações referentes aos subsídios necessários e ao espaço de autonomia reservado a esses agentes, além, é claro, de seu preparo e consciência crítica a respeito do trabalho a ser efetivado, não sendo suficiente a mera execução de funções determinadas e sim, o diálogo e a liberdade de atuar num campo de troca de saberes e de espaço ampliado para impulsos criativos.

Diversos movimentos artístico-culturais que, antes de qualquer coisa, dependem do potencial criativo de seus agentes, são um forte exemplo para ilustrar o que se entende por potencial criativo, pois muito mais do que comprometidos com uma agenda



política ou partidária, ou mesmo com a eficiência no atendimento às regras instituídas, estão amplamente integrados na criação e difusão de autênticas linguagens culturais, meios alternativos de participação e crítica da sociedade. Tais características estão presentes nos mais diversos meios de sociabilidade, brotando nesses meios, tal é o exemplo da COOPERIFA e muitos outros movimentos que seguem a mesma linha de atuação.

As mais plurais manifestações culturais como aquelas ligadas ao esporte, à música, à dança, à arte etc., podem ser entendidas enquanto linguagens que funcionam como meios de comunicação com o mundo, portanto, as propostas de intervenção deveriam dialogar com tais potenciais artístico-culturais, segundo uma lógica criativa.

Entretanto, há que se levar em consideração as limitações intrínsecas que encontram tais iniciativas. Isso porque, como já vem sendo discutido, o postulado de um projeto social, geralmente passa pela sua institucionalização, como forma de garantir o funcionamento e/ou legitimidade. Esta característica tende a tornar as políticas públicas o *locus* de desenvolvimento e prática de atividades derivadas de uma determinada demanda cultural, fruto de relações sociais já consolidadas, o que não deixa espaço para os potenciais culturais que podem emergir de uma sociedade que está em movimento constante.

Quando se fala em “cultura na periferia” traduz-se uma noção de algo que vem de fora para dentro, ou seja, o espaço constitui-se numa determinada linguagem promulgada pelos seus sujeitos, porém, no momento de se criar projetos de intervenção em tais espaços, geralmente, esbarra-se na estigmatização da linguagem cultural. Já quando se fala em “cultura da periferia” contempla-se a criação cultural oriunda de contextos e percepções de mundo singulares em constante transformação e (re)criação. Embora haja tendências culturais mais comuns na zona sul paulistana, não se pode negligenciar a existência de outras possibilidades que estão brotando nos diversos espaços que os jovens ocupam.

Ao adotar o pressuposto de que os sujeitos jovens, criadores de sua própria existência, não desejam submeter-se às instituições (Maffesoli: 2000) invalida-se a noção de políticas públicas voltadas para um setor homogêneo da população, fundado nos estereótipos e identificado pelas suas condições socioeconômicas. Além disso, os entraves burocráticos e financeiros, pautados nos resultados numéricos de alcance dos projetos vão na contra-mão de uma lógica criativa de política pública tal qual a que está sendo desenhada no presente texto. A análise quantitativa dos beneficiários dos



programas pode apresentar alguns indicativos de alcance e extensão das políticas, contudo não dá conta de explicitar seu potencial inovador, nem tampouco, seus possíveis efeitos na transformação da sociedade, uma vez que o entorno social, salvo algumas mudanças, mantém-se com seus índices de alta vulnerabilidade e violência. Portanto, o alcance das políticas públicas só pode ser eficazmente mensurado a partir das substantivas mudanças na sociedade.

Outro entrave, comum nessas políticas públicas de largo alcance que dependem de financiamentos provenientes de órgãos públicos, são os impedimentos burocráticos que implicam na demora do atendimento a certas demandas oriundas dos projetos. Manutenção de equipamentos, compra de instrumentos de trabalho de toda a ordem, reposição de materiais, reformas estruturais, entre outros estão no rol das demandas que dependem de verbas e/ou doações para seu procedimento. Tais dificuldades estão mais presentes nas grandes estruturas de políticas públicas, já que, embora recebam mais verbas, estão sujeitas a maiores controles operacionais, o que se aproxima do institucionalismo e distancia-se das demandas humanas dessas políticas.

Retomando a idéia já formulada de que há na juventude a necessidade de construção de espaços simbólicos para a constituição da própria identidade, um poder público que cerceia as perspectivas dos jovens de vida e de conhecimento não pode proporcionar tal espaço de autonomia.

O desafio de traçar caminhos e perspectivas para a atuação do poder público em políticas voltadas para o segmento jovem da população, sobretudo aquele que dispõe de condições socioeconômicas desfavoráveis, passa, em primeiro lugar, pela problematização do próprio conceito de juventude. O tema encontra, na análise das diversas forças que atuam na sociedade, desde as disposições psíquicas dos sujeitos, considerando sua subjetividade e aptidões imaginativas, passando pelas influências exteriores que regem o mundo objetivo, a abertura para se propor novas formas de atuação transformadora no meio social.

Com base nesses pressupostos, e partindo da idéia de que o movimento não é exceção à constituição da sociedade e sim sua regra, as potências sociais estão nas formações culturais diversificadas que, sob ação do tempo e as intervenções criadoras dos sujeitos, produzem outras formações. Adota-se o princípio de que não há uma causa primeira para esse fenômeno, são os diálogos entre partes que criam e recriam formas plurais de sociabilidade, não segundo uma única intencionalidade, mas através do próprio jogo das relações, produto da negociação entre diversos agentes.



Portanto, procura-se chegar a uma crítica capaz de desconstruir as noções que privilegiam esta ou aquela característica como determinante dos fenômenos sociais que culminam em intervenções pontuais baseadas em soluções simplistas, a fim de se levar a discussão das políticas públicas para uma crítica da própria lógica de seu funcionamento. Assim, seu principal objetivo deveria ser repensado, de maneira que as políticas públicas para a juventude pudessem entrar na sociedade como ativadoras, e/ou motivadoras de uma prática cultural livre, considerando a complexidade dos sujeitos e de sua relação com o entorno social, bem como suas prerrogativas dinâmicas e características particulares.

Jovens e Políticas Públicas: Intervenção? Quem intervém em quem?

Após os diferentes enfoques e olhares dirigidos às políticas públicas para a juventude e algumas de suas extensões na cidade de São Paulo, apresentados no decorrer do presente texto, sugere-se que o debate sobre o tema deve imbuir-se de algumas premissas fundamentais, a fim de que possa trazer uma posição nova para o interior das polêmicas sobre juventude e projetos de inclusão social voltados para tal segmento. Isso significa que existem diversos pontos a serem considerados com cautela antes de se adotar medidas políticas de soluções para tais questões na sociedade. É de suma importância pontuar uma abordagem inicial que desencadeará toda a reflexão: os projetos de políticas públicas, em suas estruturas e funcionamento, não podem deixar-se cair na inércia dos programas que acabam por se tornar empreendimentos meramente burocráticos, características típicas de instituições que cumprem tão só papéis operacionais.

Nem tampouco, atender a projetos de categorização da juventude em verdadeiros trabalhos de cerceamento das perspectivas desses indivíduos. Ora, se partirmos do pressuposto de que o jovem é um sujeito criativo em potencial e produtor de sua subjetividade, as propostas voltadas para eles precisam interagir com seu universo, suas expectativas, habilidades e linguagens.

Sob o pressuposto de que a condição juvenil nos dias de hoje, sobretudo aquele segmento considerado à margem da sociedade, não atende a padrões de quantificação ou de existência, encontrando no âmbito cultural suas diversas maneiras de estar no mundo, as políticas voltadas a eles precisam fazer uma interface com essa condição da juventude hoje.

A noção do jovem enquanto sujeito nômade que procura na cidade, na música, nas áreas livres, nas modernas tecnologias a afirmação de sua existência em verdadeiras



flutuações pelos aparatos culturais que compõem simbioses diversas deve ir ao encontro das propostas de políticas públicas atualmente.

Nota-se que há uma espécie de espaço autônomo de constituição de si no âmbito subjetivo, portanto, as motivações e anseios da juventude estão muito além de seus fenômenos externos que são resultados de simbioses entre forças interiores e exteriores. Pode-se afirmar, e não apenas como condição juvenil, mas como condição humana, que o impulso subjetivo impele os seres à autonomia e à descoberta de si enquanto sujeito único e original. O sujeito jovem dispõe dessa soberania imaginária que constitui seu próprio ser.

A juventude deve ser entendida por suas prerrogativas ativas que produzem sua condição de sujeito, ou aquele que age no mundo. Contudo, essa “ação” não deve ser confundida com um modelo pré-estabelecido de conduta, pelo contrário, a ação criativa é a própria recusa dos modelos. Estes últimos (estáticos) sofrerão infinitamente as transformações reclamadas pelo movimento da sociedade e a ação do tempo.

Com isso, é possível afirmar-se que o jogo das relações sociais é um campo aberto em que os agentes participantes, diante das variáveis internas e externas podem, e geralmente o fazem, manejar as peças a seu modo e até mesmo mudar as regras desse jogo no balanço das contradições da existência humana sejam materiais, psíquicas ou culturais e até mesmo circunstanciais. As potencialidades humanas não tendem a obedecer a modelos e formas, elas flutuam nesse jogo social.

Com base nesses pressupostos, e levando em consideração essa dialética do ser que age e que, ao mesmo tempo, é receptor da ação externa, cabe uma interrogação à respeito do caráter de intervenção das políticas públicas. Afinal, se estamos diante de uma juventude que consideramos produto e produtores, atores e/ou sujeitos da construção social, não se pode reduzir os projetos de políticas a uma mera feição discursiva. Ora, se os jovens são vistos enquanto sujeitos sociais porque não abrir espaços que de fato expressem esta intencionalidade?

Em suma, procurou-se neste artigo sinalizar algumas fragilidades, perspectivas e contornos que as políticas públicas para juventude na *urbis* paulistana podem assumir no seu contato direto com os jovens. Então, diante dos pressupostos levantados ao longo da presente argumentação e com a intenção de expor uma arguição propositiva, intenciona-se inserir neste debate a problematização do conceito de intervenção pública enquanto espaço de intervenção e apropriação dos sujeitos. Pois, diante dos jovens



urbanos devemos perguntar: Políticas públicas? Intervenção? Quem intervém em quem? Acreditamos que os próprios jovens sabem responder a esta pergunta.

Em vista destes questionamentos, seria interessante considerar os jovens como sujeitos ativos, chamados a contribuir na renovação das ações propostas por tais políticas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. Tempo Livre. In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.103-117.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. *Novos estudos CEBRAP*, n. 49, nov. 1997. p. 1-13.
- BORELLI, Silvia H. S. e ROCHA, Rosamaria L. M. (coords.); OLIVEIRA, Rita C.A.; SILVA, Josimey C.; SILVA, Gislene; SOARES, Rosana L. *Jovens urbanos: concepções de vida e morte, experimentação da violência e consumo cultural*. São Paulo, Relatório FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), 2003.
- _____. Temporalidades e territorialidades juvenis em uma metrópole brasileira. In: *Nômadias*. Bogotá: DIUC, n. 23, 2005. p. 58-67.
- _____. Urbanas Juvenilidades: modos de ser e de viver na cidade de São Paulo. In: *Margem*. São Paulo: EDUC/FAPESP (PUC/SP), n. 20, 2004. p. 151-170.
- CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO/ Brasil Telecom/ W.K.Kellog Foundation Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- FUNDAÇÃO SEADE. www.seade.gov.br. Acesso em 05/05/2006
- MAFFESOLI, Michel. Nomadismo Juvenil. In: *Nômadias*. Bogotá: DIUC, n.13, out. 2000. p.152-158.
- _____. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos de identidad. In: CUBIDES, Humberto J.; TOSCANO, Maria C.L.; VALDERRAMA, Carlos E. H. (orgs.). *Vivendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo del Hombre/DIUC, 1998. p. 22-37.
- _____. A cidade virtual – transformações da sensibilidade e novos cenários da comunicação. In: *Revista Margem*. São Paulo: EDUC/FAPESP, n. 6, dez. 1997.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- SARLO, Beatriz. *Zapping*. In: *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo, 2004.
- SPOSATI, Aldaíza (coord.). *Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90*. São Paulo, 2000.
- UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília, 2005.